

EDITAL Nº 125/2023 – 2ª RETIFICAÇÃO
PROCESSO Nº 3.311/2023
CONCORRÊNCIA Nº 04/2023

Programa Social Geração de Emprego e Renda

1. O **Município de IVAIPORÃ**, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores – Lei de Licitações, da Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor, Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/2014, §10º. Art. 73º 9.504 de 30/09/1997 – programas sociais, autorizado por lei municipal n 2.899/2016 e Lei nº 2.566 de 16 de dezembro de 2014 Lei nº 1.940/2011 e demais normas pertinentes e, ainda, pelas disposições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, torna Público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação, **no dia 05/12/2023, às 9:00 horas**, no caso de impedimento da realização do Certame Licitatório naquela data, o mesmo deverá ocorrer no primeiro dia útil posterior ao fato que ensejou o impedimento da realização do Certame Licitatório. A Abertura da sessão inicial do processo licitatório acontecerá na Sala de licitações da Prefeitura Municipal na Rua Rio Grande do Norte, nº 1000, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MELHOR TÉCNICA**, conforme abaixo relacionado:

MODALIDADE: Concorrência

TIPO DE LICITAÇÃO: Melhor Técnica

JULGAMENTO: Melhor Técnica

O recebimento dos envelopes de nº 01 e nº 02, contendo a documentação de habilitação e a Proposta Técnica dos interessados, dar-se-á **até as 16:00 horas do dia 04 de Dezembro de 2023**, no **Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Ivaiporã**.

A abertura dos envelopes nº 01, contendo documentação de habilitação dar-se-á **as 9:00 horas do dia 05 de DEZEMBRO de 2023**, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de Ivaiporã, sito Rua Rio Grande do Norte, 1000. Havendo a concordância da Comissão de Licitação e de todos os proponentes, renunciando a interposição de recurso da fase de habilitação, proceder-se-á, em seguida a abertura do envelope contendo a proposta técnica, dos proponentes habilitados.

2. OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objetivo a **CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018.**

2.1.1 Parque Industrial Porfírio Basso, área de 52.734,96m² denominado lote de terras nº 19, situado na Gleba Pindaúva, seção C 2º parte matrícula nº 42.262, assim descritos os lotes licitados:

- A) Lote 010, área 1.985,52 m²
- B) Lote 011, área 1.985,03 m²
- C) Lote 014, área 3.665,95 m²
- D) Lote 015, área 1.840,00 m²
- E) Lote 017, área 1.840,00 m²

2.1.2 Parque Industrial II, situado na Gleba Pindaúva, seção “C”, 2º parte, Área de 100.985,31 m², assim descritos os lotes licitados:

- E) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1) -1 REM, área de 4.696,26 m²
- F) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1) -1-A, área de 3.844,68 m²
- G) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1) -1-B, área de 3.816,62 m²
- H) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1) -1-C, área de 3.816,62 m²
- I) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1) -1-D, área de 3.825,82 m²
- J) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-12, área de 1.830,80 m²
- K) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-13, área de 1.830,80 m²
- L) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-14, área de 1.830,80 m²
- M) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-15, área de 1.830,80 m²
- N) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-16, área de 1.830,80 m²
- O) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-17, área de 1.830,80 m²
- P) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-18, área de 1.830,80 m²
- Q) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-19, área de 1.830,80 m²
- R) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-20, área de 1.830,80 m²
- S) Lote nº (32, 32-B-1, 32-C, 33, 34, 34-C, E 34-D, -1)-REM-21, área de 1.830,80 m²

O prazo da cessão será de **60 (sessenta) meses** da assinatura do contrato de cessão de uso.

2.2 – Informações Gerais:

2.2.1 - As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial, serão portadas exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento posterior;

2.2.2 - Fica a licitante vencedora responsável pela limpeza da totalidade do terreno referente ao objeto do contrato, se comprometendo a manter a parte externa livre de entulhos e totalmente limpa;

2.2.3 - A Empresa Vencedora se compromete, em um prazo de 30 (trinta) dias, apresentar projeto de obra e cronograma de execução.

2.2.4 - O Cronograma de Geração de Empregos proposto pela empresa, constará como anexo ao Contrato, assim que formalizado.

2.2.5 – A empresa deverá dar início às obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura da concessão, salvo motivos justificáveis.

2.2.6 - A empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) anos para conclusão da obra, iniciando assim suas atividades operacionais e efetiva geração de emprego.

3. CONSULTA DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL

3.1. O presente Edital estará à disposição dos interessados na Divisão de Compras e Licitações da Secretaria de Administração, sito na Rua Rio Grande do Norte, 1000 – Centro – Ivaiporã – Pr, no horário das **8:00hrs até as 17:00 hrs**.

OBS.: PARA OBTER O EDITAL COMPLETO:

Via Site - www.ivaipora.pr.gov.br – Portal de Transparência

3.1.1 Os pedidos de informações ou esclarecimentos relativos ao Edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados, pelos interessados no certame, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação, no endereço antes mencionado ou pelo telefone (43) 3471-1950, até **05 (cinco) dias úteis** antes da data estabelecida para o recebimento dos envelopes contendo a proposta técnica e os documentos de habilitação.

3.1.2. Os pedidos de informações ou esclarecimentos de que trata o item anterior poderão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação, no endereço antes mencionado ou através do e-mail: licitacoes@ivaipora.pr.gov.br.

- 3.1.3. As respostas aos pedidos de informações ou esclarecimentos recebidos tempestivamente serão enviadas por escrito a todos os interessados no certame, **até 02 (dois) dias úteis** antes do recebimento dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, sem identificar os interessados que deram origem à consulta.

4. ALTERAÇÕES DO EDITAL

4.1. A qualquer tempo, antes da data estabelecida para o recebimento dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação, a Prefeitura de Ivaiporã poderá, por sua própria iniciativa ou como consequência de algum pedido de informações ou esclarecimentos solicitado pelos interessados no certame, alterar os termos do Edital mediante a emissão de um adendo.

4.2. No caso da hipótese admitida no item anterior, o adendo será postado diretamente no portal de transparência da Prefeitura: www.ivaipora.pr.gov.br.

4.3. Nos casos em que a alteração do Edital importe em modificação da proposta, a PREFEITURA prorrogará o prazo de entrega da mesma.

5. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

5.1. É facultado a qualquer interessado a apresentação de pedido de providências ou de impugnação ao ato convocatório e seus anexos, observado, para tanto, o prazo de até **2 (dois) dias úteis** anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

- 5.1.1. As medidas referidas no subitem 5.1 poderão ser formalizadas por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do EDITAL, devidamente protocolado no endereço e horário constantes no item 3.
- 5.1.2. A decisão sobre o pedido de providências ou de impugnação será proferida pela autoridade subscritora do ato convocatório no prazo de **1 (um) dia útil**, a contar do recebimento da peça indicada por parte da autoridade referida, que, além de comportar divulgação, deverá também ser juntada aos autos da Concorrência.
- 5.1.3. O acolhimento do pedido de providências ou de impugnação exige, desde que implique em modificação (ões) do ato convocatório, além da (s) alteração (ões) decorrente(s), divulgação pela mesma forma que se deu o texto original e designação de nova data para a realização do certame.

6. ELEMENTOS INSTRUTORES

- 6.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
- 6.2. Anexo II – Modelo de Carta Credencial.
- 6.3. Anexo III – Modelo de Termo de Renúncia
- 6.4. Anexo IV - Declaração Unificada
- 6.5. Anexo V – Demonstrativo de Capacidade Financeira
- 6.6. Anexo VI – Declaração de Visita
- 6.7. Anexo VII - Minuta de Termo de cessão com encargos de propriedade resolúvel;
- 6.8. Anexo VIII – Modelo de Projeto Técnico da Empresa;

7. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar todos interessados (pessoa jurídica) que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

7.2. Não será permitida a participação de empresas que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a PREFEITURA, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3. As microempresas ou empresas de pequeno porte que desejarem participar desta licitação, para o tratamento diferenciado e favorecido com os benefícios da Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar, sob as penas da lei, declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo X) na sessão de abertura das propostas e a Comissão Permanente de Licitação deverá anunciar aos participantes da existência de empresas com esses benefícios.

7.4. As microempresas ou empresas de pequeno porte que não apresentarem a declaração de que trata o item anterior na sessão de abertura das propostas, não poderão apresentá-la em momento posterior, presumindo-se então a renúncia por estas empresas do direito ao tratamento diferenciado e favorecido de que trata a Lei Complementar 123/2006.

7.5. A Comissão Permanente de Licitação, na fase de habilitação, fará a verificação se as empresas que apresentaram a declaração de que trata o item 10.6.22, realmente se enquadram no regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar 123/2006, através da certidão simplificada expedida pela Junta Comercial, conforme o disposto no item 10.6.25.

7.6. As empresas interessadas em participar do certame poderão estar presentes nas sessões de recebimento e abertura dos envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação através de um representante legal, com poderes para intervir nas fases do processo licitatório, desde que o mesmo exiba no ato da entrega dos respectivos envelopes a carta credencial (Anexo II) com firma reconhecida ou através de procuração reconhecida em cartório, que o identifique como representante da empresa, no qual constem expressos poderes para atuar em todas as fases desta licitação. Caso contrário, ficará impedido de manifestar-se ou responder pela empresa.

7.7. No caso de representação por sócio, da empresa interessada em participar das sessões de que trata o item anterior, tal condição deverá ser demonstrada mediante apresentação do contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer individualmente direitos e assumir obrigações pela empresa.

7.8. A carta credencial (Anexo II), a procuração reconhecida em cartório e a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, são documentos avulsos e não devem estar inseridos em nenhum dos envelopes.

7.9. Nenhum representante legal, ainda que devidamente habilitado por carta credencial ou procuração, poderá representar mais de uma empresa participante do certame.

7.10. Empresa que faz parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro pode apresentar somente uma única proposta, sob pena de desclassificação de todas.

7.11. A participação nesta licitação importa às empresas no conhecimento e aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no presente Edital, seus anexos e das exigências e penalidades contidas na legislação pertinente.

7.12. Não poderão participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução do objeto deste Edital:

- a) O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
- b) Servidor ou dirigente da PREFEITURA;
- c) Aquele que exerceu ou exerce função pública e participou, direta ou indiretamente, da elaboração do projeto básico ou executivo ou da elaboração deste Edital;
- d) Empresas expressamente declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, inclusive fundações nos níveis federal, estadual ou municipal ou suspensa de participar em licitação e as impedidas de contratar com a administração pública, no prazo e nas condições da suspensão e do impedimento;
- f) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- g) Empresas que se encontrem em estado de falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou em liquidação;

7.13. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 8.12, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista entre o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica, e a PREFEITURA.

8. APRESENTAÇÃO E ENTREGA DAS PROPOSTAS

8.1. A proponente arcará com todos os custos relativos à elaboração e submissão de sua proposta; o licitador não será responsável por nenhum desses custos, independentemente do desenvolvimento do processo licitatório.

8.2. A proponente deverá entregar no Setor de Protocolo, até as ----- horas do dia ----- de ----- de 2023, 02 (dois) envelopes separados

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA TÉCNICA

8.3 Os envelopes, individualizados, deverão ser entregues fechados e inviolados, contendo em sua parte externa e frontal os dizeres:

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

AO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ-PR

CONCORRÊNCIA Nº _____ / _____

ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO

AO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ - PR

CONCORRÊNCIA Nº _____ / _____

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA TÉCNICA

8.4. Os envelopes nº. 01, e 02 poderão ser entregues diretamente pela proponente ou enviados pelo correio ou outros serviços de entrega. Entretanto, a Comissão de Licitação não será responsável por qualquer perda dos envelopes enviados pelo correio ou outros serviços de entrega, ou por atraso na entrega dos mesmos.

8.5. Juntamente com o recebimento dos 02 (dois) ou mais envelopes fechados e inviolados, o representante da proponente, se não for membro integrante da diretoria da mesma e querendo participar ativamente (com poderes legais para representar a proponente) da sessão, deverá apresentar à Comissão de Licitação a credencial que lhe outorga poder legal junto à mesma, de acordo com o modelo constante no anexo II.

8.6. A carta credencial, a procuração reconhecida em cartório e a declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte (Anexo IX), quando for o caso, são documentos avulsos e não devem estar inseridos em nenhum dos envelopes.

8.7. Após horário estabelecido neste edital, nenhuma proposta será recebida.

8.8. Após o recebimento dos envelopes nº 01 e 02, no Setor de Protocolo, nenhum documento será retirado ou adicionado.

9. HABILITAÇÃO - ENVELOPE Nº 01

9.1. Deverão estar neste envelope, devidamente fechado e inviolado, os documentos abaixo relacionados. Não será qualificada a proponente que deixar de apresentar documento exigido ou em desacordo com este Edital.

9.2. Os documentos apresentados através de fotocópias, só serão aceitos se estiverem autenticados, ou acompanhados do original para autenticação pelo Presidente da Comissão de Licitações, durante o certame licitatório.

9.3. A aceitação das certidões, quando emitidas através da Internet, ficam condicionadas à verificação de sua validade e são dispensadas de autenticação.

9.4. O documento que não constar a data de validade, será considerado como válido por 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.

9.5. Serão consideradas inabilitadas as proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste edital.

9.6 Quanto à qualificação Jurídica, Física, Fiscal, Trabalhista e Outras.

a) Ato Constitutivo, contrato consolidado, estatuto ou Contrato Social, com alterações subsequentes, Certidão simplificada de registro na Junta Comercial. Em se tratando de Sociedade Comercial ou no caso de Sociedade por ações deverão estar acompanhadas da ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria e publicada em Diário Oficial;

b) Cartão de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes (CNPJ);

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual, relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, quando for o caso

d) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos;

f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;

g) Certidão de regularidade do FGTS - CRF;

h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

i) Cópia da ata de aprovação da Comissão Especial de Planejamento, implantação e acompanhamento Industrial do Município de Ivaiporã, informações através de telefone (43) 3471-1950, no Departamento de Indústria e Comércio.

k) Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial no ano em que ocorrer a licitação, para comprovação de que a proponente se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte para os fins do tratamento diferenciado e favorecido da Lei Complementar 123/2006, quando for o caso;

j) Declaração Unificada (Anexo IV)

k) Declaração de Visita (Anexo VI)

9.7. Quanto à Capacidade econômica

9.7.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata;

9.7.2 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social da empresa Licitante, **já exigíveis e apresentados na forma da Lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, **devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador da empresa, com o nº do CRC do mesmo.**

Serão aceitos como **na forma da Lei, o balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício - DRE** da empresa Licitante, assim apresentados:

- Publicados no Diário Oficial, ou,
- Publicados em jornal de grande circulação, ou,
- Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou,
- Por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, na forma da Legislação em vigor, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pela Comissão de Licitação, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus termos de abertura e de fechamento do livro em questão.

Obs¹: No caso de apresentação das demonstrações que forem emitidas por meio do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, as demonstrações que não trazem na página as informações referentes ao Hash da escrituração (como por exemplo as Notas Explicativas), devem ser assinadas manualmente ou por meio de certificação digital pelo Contador e Representante da Empresa.

Obs²: Na ausência de documentação contábil como Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA, e Notas Explicativas, poderá a Comissão Permanente de Licitações – CPL, se julgar necessário, solicitá-los de maneira complementar ao item 11.7.2 deste edital, por meio de diligência.

9.7.3 A boa situação financeira será avaliada de acordo com os critérios estabelecidos com base no Demonstrativo de Capacidade Financeira. (Anexo V);

Obs: Em caso de haver divergência(s) nos valores utilizados para cálculo dos índices, serão consideradas as informações constantes no Balanço Patrimonial, conforme Acórdão 6299/2015 – TCE-PR – Tribunal Pleno.

Onde será considerado o Quociente de Liquidez Geral, Liquidez Corrente, Solvência Geral e Grau de Endividamento, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador da empresa, com o nº do CRC do mesmo. Os índices abaixo, estão de acordo com o § 5º do art. 31, da Lei 8.666/93, conforme segue:

***liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); Solvência Geral (SG), e Grau de Endividamento (GE), tais índices serão calculados como se segue:**

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

****** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$LC = AC / PC$$

****** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$$

****** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$GE = (PC + ELP) / AT$$

****** cujo resultado deve ser menor ou igual a 1,00

SENDO:

AC: ativo circulante

AT: ativo total

PC: passivo circulante

AP: ativo permanente

RLP: realizável a longo prazo

ELP: exigível a longo prazo

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo-se os limites previstos no item 05.

Tendo em vista que as empresas constituídas a menos de 01 (um) ano estão impossibilitadas de apresentar os documentos exigidos nas alíneas “a” e “b”, estes poderão ser supridos pelo balanço de abertura, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e pelo contador da empresa, com o nº do CRC do mesmo.

a) O documento que não constar a data de validade, será considerado como válido por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

d) Serão aceitas apenas as cópias legíveis, não sendo aceitos documentos cujas datas estejam esmaecidas, ilegíveis ou rasuradas, aqueles que necessitem autenticação obedecerão aos termos da Lei Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018, artigo 3º.

9.8. TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.8.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida neste Edital para fins de habilitação, mesmo que haja alguma restrição quanto à regularidade fiscal;

9.8.2. Ocorrendo a hipótese do item anterior, as microempresas e empresas de pequeno porte serão habilitadas sob condição;

9.8.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

9.8.4. O termo inicial do prazo previsto no item anterior corresponderá ao momento em que a microempresa ou empresa de pequeno porte for declarada vencedora do certame;

9.8.5. Comissão Permanente de Licitação enviará notificação, através de e-mail, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte vencedora do certame regularize a restrição da documentação referente à regularidade fiscal;

9.8.6. Após a entrega, pela microempresa ou empresa de pequeno porte e devidamente notificada, dos documentos que comprovem a regularização da restrição(ões) referentes a regularidade fiscal, a Comissão Permanente de Licitação fará análise dos referidos documentos e decidirá quanto à habilitação final da mesma, que será comunicada a todas as empresas participantes do certame através de e-mail e publicado o resultado final na imprensa oficial;

9.8.7. A interposição de recurso pelas empresas participantes do certame só se iniciará após a divulgação do resultado final estabelecido no item anterior;

9.8.8. A não-regularização da documentação referente a regularidade fiscal, no prazo previsto no item 9.8.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 150 e seguintes da Lei Estadual nº 15.608/07, sendo facultado a PREFEITURA convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

9.8.9. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

9.8.10. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

9.8.11. Ocorrendo o empate estabelecido no item anterior, proceder-se à da seguinte forma:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar nova proposta àquela considerada vencedora do certame, na própria sessão de abertura das propostas, se presente o seu representante legalmente constituído ou, no prazo de 24 horas contadas a partir da sua notificação, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte na forma da letra “a” do item 9.8.11, serão convocadas as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto previsto no item 9.8.10, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos itens apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do empate ficto previsto no item 9.8.10, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta;

9.8.12. Na hipótese de não-contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.8.13. O disposto no item 9.8.11 somente se aplicará quando a melhor proposta inicial, por item, não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.9. PROPOSTA TÉCNICA - ENVELOPE Nº 02

9.9.1 - O projeto técnico, exigido neste Edital, deverá seguir modelo apresentado no ANEXO VIII e seu preenchimento será equivalente a 01 ponto.

9.9.2 - A proposta deverá ser apresentada em 1 (uma) via, digitada ou datilografada, rubricada em todas as vias e assinada na última folha pelo responsável pelo projeto e pelo proprietário/administrador da licitante participante, devidamente enumerada em ordem crescente, sem conter emendas, rasuras ou entrelinhas.

9.9.3 - Não serão admitidas, sob quaisquer motivos, complementação, modificações ou substituições da proposta técnica ou de documentos que a integrem.

10. DISPOSIÇÕES REFERENTES À HABILITAÇÃO E A PROPOSTA

10.1. Serão declarados habilitados os proponentes, cujos documentos atendam todas as exigências dos itens 9.6 e 9.7 deste Edital e, inabilitados aqueles cujos documentos não atendam.

10.2. Depois de encerrada a fase de habilitação, não cabe aos licitantes a desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, submetido à apreciação e aceito pela Comissão de Licitação.

10.3. O envelope de nº 02, dos proponentes declarados inabilitados, deverão permanecer lacrados e de posse da Comissão Permanente de Licitação, até transcorrido o prazo de recurso e/ou do julgamento dos eventualmente interpostos.

10.4. Cumpridos os procedimentos dos itens anteriores, serão abertos os envelopes de nº. 02 dos proponentes habilitados, para a verificação do cumprimento das exigências do item nº. 9.9 deste Edital, relativamente a cada proponente, sendo que as propostas serão examinadas e rubricadas pelos licitantes e pela Comissão de Licitação.

10.5. A apresentação da proposta na licitação será considerada como evidência de que a proponente examinou completamente as especificações e as condições estabelecidas neste edital que os comparou entre si e que recebeu as informações necessárias e satisfatórias sobre qualquer ponto duvidoso antes de preparar sua proposta e que os documentos da licitação lhe permitiram preparar uma proposta completa e satisfatória.

10.6. Não é obrigatório que a proposta seja totalmente idêntica ao (Anexo I), mas deverá obedecer a ordem dos itens e conter todos os dados solicitados no Edital.

10.7. A apresentação das propostas na licitação será considerada como prova de que a empresa: Aceita os termos deste Edital; adere integralmente às condições da minuta de termo de cessão (Anexo VII); Sendo vencedora da licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto deste Edital.

11. JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. O critério a ser utilizado no julgamento das propostas é o de melhor técnica, sendo efetuado a contagem de pontos.

11.2. Será julgada a proposta mais vantajosa, aquela que, cumprindo o exigido no edital, apresentar a maior oferta.

11.3 DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

11.3.1A avaliação da PROPOSTA TÉCNICA será traduzida pelo Índice Técnico, que levará em conta a pontuação obtida nos seguintes fatores:

11.4 TABELA DE PONTUAÇÃO

P1 - A tabela de pontuação para a classificação das empresas no procedimento de licitação será de (2,0) dois pontos por emprego gerado novos;

P2 – Projeto Técnico - 01 ponto.

P3 – Benefícios – 01 ponto por cada benefício.

Item	Descrição do item	Número	Pontos
P1	Empregos a serem gerados novos		
P2	Projeto Técnico.		
P3	Benefícios		

11.4.1 O Índice Técnico (IT) será calculado pela seguinte fórmula:

$$IT = (P1 + P2 + P3)$$

Apurado com 2 (duas) casas is, desprezando-se as demais.

Os benefícios poderão ser: Vale-alimentação ou refeitório no local, Plano de Saúde, Plano Odontológico ou outros benefícios;

11.4.2 Se todas as proponentes forem desqualificadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar às proponentes o prazo de 15 (dias) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outra proposta.

11.4.3 A Comissão de Licitação poderá em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedado a inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

11.4.4 A Comissão de Licitação poderá estabelecer prazo para definir a classificação final das propostas, suspendendo em consequência a reunião.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Dos atos praticados pela PREFEITURA decorrentes da aplicação dos dispositivos deste Edital caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da publicação do ato na imprensa oficial, nos casos de:

- a) Julgamento das propostas;
- b) Habilitação ou inabilitação das empresas participantes deste certame;
- c) Anulação ou revogação desta licitação;

- d) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 130 da Lei Estadual nº 15.608/07;
- e) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

12.2. As empresas participantes do certame interessadas em interpor recurso ou contrarrazões deverão protocolizar petição devidamente fundamentada, dirigida ao presidente da Comissão Permanente de Licitação, junto ao departamento de protocolo da PREFEITURA, das às horas e das àshrs.

12.3. Não serão admitidos, aceitos ou conhecidos recursos interpostos e-mail.

12.4. O recurso previsto nas letras “a” e “b” do item 12.1 terá efeito suspensivo.

12.5. O recurso interposto será comunicado às demais empresas participantes do certame, que poderão contra-arrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.6. Analisado o recurso e as contrarrazões, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a Comissão Permanente de Licitação pode:

a) Rever a decisão; ou

b) Remeter os autos ao Departamento Jurídico da PREFEITURA, motivando a manutenção da decisão.

12.7. No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos, Departamento Jurídico da PREFEITURA decide, intimando aos interessados a decisão e seus fundamentos.

12.8. O acolhimento do recurso implica alteração das decisões anteriores e o refazimento dos atos decorrentes, aproveitando-se os que não forem atingidos pela decisão.

12.9. Nenhum prazo para interposição de recurso ou para contrarrazões se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

12.10. As contrarrazões pelas demais empresas participantes do certame e a remessa da decisão do recurso ao Departamento Jurídico da PREFEITURA terá o prazo de 03 (três) dias.

12.11. O silêncio das empresas participantes neste certame, na oportunidade própria, implica na decadência do direito de recorrer.

13. ADJUDICAÇÃO E CONTRATAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, se fará à adjudicação do objeto à empresa vencedora deste certame e homologará a licitação, devendo o adjudicatário ser convocado para assinar o contrato no prazo estabelecido pela licitação;

13.2. A decisão da Comissão Permanente de Licitação somente será considerada definitiva após homologação e adjudicação pelo Departamento Jurídico.

13.3. A cessão do espaço dar-se-á mediante termo de cessão com encargos de propriedade resolúvel (Anexo VII), a ser firmado entre a PREFEITURA e a empresa vencedora desta licitação.

13.4. Até a assinatura do termo cessão com encargos de propriedade resolúvel (Anexo VII), a PREFEITURA poderá desclassificar, por despacho fundamentado, qualquer empresa, sem que lhe caiba indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, havendo conhecimento de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

13.5. A empresa vencedora será convocada para assinar o termo de cessão com encargos de propriedade resolúvel (Anexo XII), dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de homologação, sob pena de decair do direito de contratação e sujeitando-se às penalidades previstas em lei.

13.6. É facultado à PREFEITURA, quando a empresa convocada não assinar o termo de cessão com encargos de propriedade resolúvel, deverá convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela empresa primeira classificada, ou solicitar a revogação da presente licitação independentemente da cominação prevista no artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/07.

14. CONDIÇÕES PARA CESSÃO USO

14.1 O termo de concessão de uso de terrenos com encargos, será outorgado em até 90 (noventa) após sua publicação da homologação da presente licitação e a doação do imóvel somente será efetivada após o prazo de 05 (cinco) anos, desde que atendidas todas as exigências do contrato de concessão, bem como as cláusulas deste Edital, assim com a devidas justificativa, mediante projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo, de acordo com o art. 13 da Lei municipal 3,231/2018. A fiscalização das atividades desenvolvidas pela licitante vencedora será exercida pelo Município de Ivaiporã, através do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo e conforme decreto-lei nº. 271 de 1967 e Lei nº. 11.481

de 2007, Art. 7º. É instituída a cessão de terrenos públicos ou particulares remunerados ou gratuitos, por tempo certo ou indeterminado, como direito real resolúvel, para fins específicos de regularização fundiária de interesse social, urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas. [\(Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007\).](#)

§ 1º A cessão poderá ser cedida por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2º Desde a inscrição da cessão, a cessionária fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas, respondendo pela limpeza da totalidade do terreno, se comprometendo a manter a parte externa livre de entulhos e totalmente limpa.

§ 3º Resolve-se a cessão de uso antes de seu termo, desde que a cessionária dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza, também será rescindido caso a empresa cesse suas atividades antes de transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos do início do funcionamento ou não cumpridas as disposições descritas no contrato.

§ 4º O termo de cessão de uso só será homologado depois de observados os seguintes requisitos:

- ✓ Apresentar as certidões negativas e declarações solicitadas no processo licitatório;
- ✓ Estar quites com a Fazenda Municipal;
- ✓ Nos 05 (cinco) anos que sucederem à lavratura da Escritura Pública de Cessão, a área doada, nos termos da Lei Municipal n.º 1.940 de 19 de abril de 2011, não poderá ser cedida ou transferida a terceiros, sem o prévio consentimento do Executivo Municipal, mediante autorização Legislativa, sob pena de rescisão da cessão e reversão da área;
- ✓ Será de inteira e exclusiva responsabilidade da cessionária o seu registro nos órgãos Federais, Estaduais e Municipais necessários para o desenvolvimento da atividade pretendida.

15. DO PRAZO

15.1 O prazo será de 60 (sessenta) meses da autorização da posse por contrato administrativo e seu cumprimento prorrogável uma vez em igual período.

15.2 Resolve-se a cessão de uso real, finalizados os 5 (cinco) anos do seu termo de cessão com encargos de propriedade resolúvel, desde que a cessionária deu ao imóvel destinação estabelecida no termo da cessão com encargos de propriedade resolúvel, e cumpriu todas as cláusulas resolutórias do ajuste entre as partes, transfere-se definitivamente a propriedade resolúvel do município por atos intervivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência do imóvel em nome da cessionária com todas as despesas decorrentes de pessoal, encargos sociais e fiscais surgidas a partir da exploração do espaço, objeto desta, não podendo ser responsabilizada a Cedente por qualquer ônus desta natureza;

16. LOCAL DE EXECUÇÃO

- **Parque Industrial I e II.**

17. PENALIDADES

17. Perda dos benefícios da Lei municipal 1.940/2011, resolve-se a cessão antes de seu termo, desde que a cessionária dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza;

18. RESCISÃO

18.1. O Município se reserva o direito de rescindir o contrato, independentemente de interpelação judicial, nos casos definidos na cláusula décima primeira da minuta de contrato de cessão de uso.

18.2. Faculta ao vencedor do certame que no prazo do cessionário, caso venha ocorrer algum motivo de força maior ou fatos que impeça o prosseguimento das atividades, antes do Município iniciar a retomada do imóvel na conformidade descrita na Lei de Cessão, poderá a donatária adquirir o imóvel doado mediante pagamento do valor da terra nua, avaliada por comissão mobiliária do município.

18.3. – A rescisão da cessão por manifestação de vontade da Indústria Beneficiária antes do prazo final, decorrente de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, devidamente comprovado, importará na faculdade da empresa em adquirir o imóvel, pagando pelo bem o preço de mercado regional da terra nua, a ser apurado através de pesquisa a ser realizada por comissão de avaliação constituída para tal finalidade com fundamento na hipótese do artigo 23 da Lei 1940/2011, com a redação conferida pela Lei Municipal 2899/2016, combinado com os artigos 22 da Lei Federal 10.257/01 e 1.373 do Código Civil Brasileiro.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Fica reservado ao Município de Ivaiporã, o direito de revogar ou anular a presente licitação em qualquer de suas fases, no todo ou em parte, sem que por este fato tenha que responder por qualquer indenização ou compensação.

19.2. O Município de Ivaiporã poderá declarar a licitação deserta quando nenhuma das propostas satisfizer o objeto e/ou as especificações e evidenciar que tenha havido falta de competição e/ou conluio.

19.3. É facultado a qualquer proponente formular, reclamações e impugnação no transcurso da sessão para que conste em ata.

19.4. A participação nesta licitação implica a aceitação integral e irretratável dos termos do Edital.

19.5. A Comissão Permanente de Licitação, a seu exclusivo critério, poderá efetuar vistorias nas instalações das empresas durante o processo licitatório.

19.6. A empresa, que participando do certame for declarada vencedora, e após a assinatura do contrato, venha a desistir ficará proibida de participar de novas licitações no município por um período de 12 (doze) meses.

19.7. As dúvidas deverão ser formuladas por escrito, assim como os esclarecimentos a todos os interessados.

19.8. Caso as datas previstas para a realização de eventos na presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, esses eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente à mesma hora e local, salvo por motivo de força maior, ou qualquer outro fator imprevisível.

19.09. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitação à luz da legislação, da jurisprudência e das doutrinas aplicáveis à espécie.

Ivaiporã, 11 de Setembro de 2023.

Luiz Carlos Gil
Prefeito Municipal

ANEXO I

Razão social, endereço, telefone e CNPJ.

PROPOSTA

Local, ____ de ____ de ____.

À Comissão de Licitação - Município de Ivaiporã

Referente: Edital de Concorrência nº. ____/____

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação dos Senhores nossa proposta relativa à **CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018**, da licitação em epígrafe, nos locais, condições e especificações contidas neste edital e seus anexos conforme segue:

DESCRIÇÃO
CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018:
Lote ____, compreendido pelo Lote de Terras _____, Área _____ m²;

* CONDIÇÕES GERAIS

- As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial, serão portadas exclusivamente pela licitante vencedora, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento posterior;
- Fica a licitante vencedora responsável pela limpeza da totalidade do terreno referente ao objeto do contrato, se comprometendo a manter a parte externa livre de entulhos e totalmente limpa;
- A Empresa Vencedora se compromete, em um prazo de 30 (trinta) dias, apresentar projeto de obra e cronograma de execução.
- O Cronograma de Geração de Empregos proposto pela empresa, constará como anexo ao Contrato, assim que formalizado.
- A empresa terá o prazo máximo de 02 (dois) anos para conclusão da obra, iniciando assim suas atividades operacionais e efetiva geração de emprego.
- A doação somente será rescindida antes do termo final por acordo entre as partes, ou por descumprimento do contrato, hipótese que não será devida nenhuma indenização ao beneficiário, porém importará na faculdade da empresa adquirir o imóvel, pagando pelo bem o valor da terra nua.
- A doação somente será efetuada quando as instalações forem industriais, caso seja diferente (comércio, depósito ou outro) terá direito de adquirir o imóvel pagando pelo bem o preço de mercado regional da terra nua, a ser apurado através de pesquisa a ser realizada por comissão de avaliação constituída para essa finalidade.
- A rescisão da doação por manifestação de vontade da Indústria Beneficiária antes do prazo final implicará na renúncia de qualquer indenização pelas benfeitorias introduzidas, somente o direito de compra de adquirir o imóvel pagando pelo bem o preço de mercado regional da terra nua, a ser apurado através de pesquisa a ser realizada por comissão de avaliação constituída para essa finalidade.
- A Donataria deverá arcar com todas as despesas de manutenção estrutural e conservação funcional, quais sejam água, luz, esgoto, limpeza, segurança, e contratação de funcionários.

- A Donatária deverá dar início às obras no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura da concessão, salvo motivos justificáveis.
- Para obter a doação, no caso de finalidade industrial, deverá o interessado além de promover a integralidade das edificações, comprovar o cumprimento de todos os encargos, no prazo da concessão.
- No caso de finalidade comercial, deverá, no prazo da concessão, comprovar o cumprimento de todos os encargos.

1. DAS OBRIGAÇÕES DA DONATÁRIA

1. São obrigações da Donatária:

- 1.1. Cumprir fielmente o contrato firmado, de modo que não haja nenhuma reclamação dos usuários;
- 1.2. Construir exclusivamente os serviços especificados, sendo expressamente proibida a construção de quaisquer outros gêneros não estejam relacionados ao objeto da Concorrência;
- 1.3. Assumir integralmente todas as despesas decorrentes de pessoal, encargos sociais e fiscais surgidas a partir da exploração do espaço, objeto desta, não podendo ser responsabilizada a Doadora por qualquer ônus desta natureza;
- 1.4. Reparar a suas expensas, no total ou em parte, a critério da Concedente, todo e qualquer dano causado ao imóvel objeto desta doação;
- 1.5. A donatária é o único responsável por qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer no âmbito do espaço cedido envolvendo pessoas e/ou bens;
- 1.6. Obedecer ao que determina a lei;
- 1.7. A PROPONENTE VENCEDORA deverá efetuar a solicitação de Alvará de funcionamento, junto a prefeitura Municipal de Ivaiporã, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, após a conclusão das edificações;
- 1.8. O PROPONENTE VENCEDOR não poderá transferir sublocar, ceder, emprestar, arrendar ou ceder gratuitamente, total ou parcial o imóvel e/ou seu uso a terceiro a mesmo a título precário, sem prévio e expresso consentimento por escrito do Município, devendo no caso deste consentimento ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes a fim de que o imóvel esteja desimpedido.

2. DAS PENALIDADES

2.1 A infringência pela donatária de quaisquer obrigações previstas no contrato, culminará na aplicação, pelo DOADOR das seguintes penalidades:

2.2 Perdas dos benefícios das Leis municipais nº 1.940/2011 e lei 2.636/2015.

§ 1º A doação de uso poderá ser donatária, por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo, e será inscrita e cancelada em livro especial.

§ 2º Desde a inscrição da doação, o concessionário fruirá plenamente do terreno para os fins estabelecidos no contrato e responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel e suas rendas.

§ 3º Resolve-se a doação antes de seu termo, desde que o concessionário dê ao imóvel destinação diversa da estabelecida no contrato ou termo, ou descumpra cláusula resolutória do ajuste, perdendo, neste caso, as benfeitorias de qualquer natureza.

§ 4º A doação, salvo disposição contratual em contrário, transfere-se por ato inter vivos, ou por sucessão legítima ou testamentária, como os demais direitos reais sobre coisas alheias, registrando-se a transferência.

3. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 3.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão o que não exime o Donatário de sofrer as penalidades previstas tanto no contrato como na legislação pertinente, conforme determinação por ato unilateral e escrito pela administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art., da lei 8.666/1993.

4. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 A participação na licitação implicará na aceitação integral e irretratável dos termos do Edital, da minuta do contrato e seus anexos, bem como, a observância dos regulamentos administrativos;

4.2. A licitação reger-se-á pelas normas contidas neste e pelas disposições da legislação em vigor, em especial a Lei nº 8.666/93.

5. VIGÊNCIA DA DOAÇÃO

5.1 O prazo previsto para cessão do imóvel é de **60 (sessenta) meses** a partir da data de assinatura do contrato sendo a doação definitiva após expedição de análise do cumprimento pelo Departamento de Indústria e Comércio e Conselho Especial de Planejamento, Implantação e Acompanhamento Industrial de Ivaiporã.

O prazo será de 60 (sessenta) meses da autorização da posse por contrato administrativo e seu cumprimento prorrogável uma vez em igual período.

A doação do imóvel somente será efetivada após o prazo de 05 (cinco) anos, desde que atendidas todas as exigências do contrato de concessão, bem como as cláusulas deste Edital, assim com a devidas justificativa, mediante projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo, de acordo com o art. 13 da Lei municipal 3,231/2018.

6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

6.1 Empregos novos gerados: _____. (Quantidade de acordo com a proposta apresentada à Comissão Especial de Planejamento)

6.2 Benefícios: _____

7. TABELA DE PONTUAÇÃO

P1 - A tabela de pontuação para a classificação das empresas no procedimento de licitação será de (2,0) dois pontos por emprego gerado;

P2 - Projeto técnico Técnica – 01 pontos.

P3 – Benefícios - 01 pontos.

Item	Descrição do item	Qnt.	Pontos
P1	Empregos a serem gerados novos		
P2	Projeto Técnico		
P3	Benefícios		
	TOTAL		

O Índice Técnico (IT) será calculado pela seguinte fórmula:

$$IT = (P1 + P2 + P3)$$

Apurado com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.

ANEXO II

CARTA CREDENCIAL

Local, ____ de ____ de ____.

À Comissão de Licitação

Referente: Edital de CONCORRÊNCIA Nº ____/____

Prezados Senhores,

O abaixo-assinado, _____, Carteira de Identidade (número e órgão emissor), na qualidade de responsável legal pela proponente _____, vem, pela presente, informar a Vossas Senhorias que o senhor _____, Carteira de Identidade (número e órgão emissor) é a pessoa designada por nós para acompanhar a sessão de recebimento e abertura da documentação de habilitação e propostas de preços, assinar atas e demais documentos e poderes para renunciar prazos recursais a que se referir a licitação em epígrafe.

Igualmente, declaro-me ciente de que responderei em juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venha a ser praticado pelo representante ora designado.

Atenciosamente

(nome e assinatura do representante legal)
Reconhecer firma da assinatura

ANEXO III

TERMO DE RENÚNCIA

À Comissão de Licitação

Referente: Edital de CONCORRÊNCIA Nº _____**2023**

Prezados Senhores,

*O representante da empresa _____, Sr. _____, com plenos poderes para decidir sobre assuntos relativos ao Edital de CONCORRÊNCIA Nº _____**2023**, vem respeitosamente a Vossa Senhoria, renunciar expressamente ao seu direito em interpor recurso e a todos os meios cabíveis para a regulamentação de qualquer razão, quanto à:*

() Fase de Habilitação da presente licitação;

() Fase de Proposta de Preço da presente licitação.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ref.: Edital de CONCORRÊNCIA Nº --- /2023 À COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ – PR Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.
*Marcar este item caso se enquadre:

- () - MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () - EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- () - COOPERATIVA, conforme disposto nos arts. 42 ao 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854/99.

2) Declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

3) Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação;

4) Comprometemo-nos em repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre cumprimento do objeto, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato;

5) Declaramos que temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto neste edital e anexos e legislação aplicada;

6) Declaramos que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação e participação no presente processo licitatório e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7) Declaramos, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas;

8) Declaramos que em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, que seus sócios, dirigentes ou cotistas, bem como seu representante neste ato, Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, não são servidores do Município de Ivaiporã/Paraná nem cônjuge ou companheiro(a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor(a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, pregoeiro ou atividade ligada à contratação; MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ - Estado do Paraná Rua Rio Grande do Sul, 1000 – CEP 86.870.000 – Ivaiporã/PR CNPJ 75741.330/0001-37;

9) Declaramos para os devidos efeitos e sob pena da lei que não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista;

10) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF

nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

11) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: -----Telefone: -----()

12) Caso altere o citado e-mail ou telefone nos comprometemos em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

13) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente à Tomada de Preços n.º ----/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

14) Declaramos sob as penas da lei, que para a execução do objeto da referida licitação somente serão utilizados produtos e subprodutos de madeira de origem exótica ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do DE MEIO AMBIENTE (SISNAMA), com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do DE MEIO AMBIENTE e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, tendo ciência que o não atendimento da presente exigência na fase de execução do contrato poderá acarretar as sanções administrativas previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal 8.666/93, e no artigo 72, § 8º, inciso V da Lei Federal 9.605/98, sem prejuízo das implicações de ordem criminal contempladas na referida lei.

15) Declaramos que, nos termos da lei 8.666/1993 e demais legislações vigentes, cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

(Local e data) (nome e assinatura do responsável legal da empresa).

ANEXO V

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ.
Comissão Municipal de Licitação

Concorrência Nº. ____/2023: - - (nome da empresa)

DEMONSTRATIVO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

***liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); Solvência Geral (SG), e Grau de Endividamento (GE), tais índices serão calculados como se segue:**

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$LC = AC / PC$$

** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$$

** cujo resultado deve ser maior ou igual a 1,00

$$GE = (PC + ELP) / AT$$

** cujo resultado deve ser menor ou igual a 1,00

SENDO:

AC: ativo circulante

AT: ativo total

PC: passivo circulante

AP: ativo permanente

RLP: realizável a longo prazo

ELP: exigível a longo prazo

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo-se os limites previstos no item 05.

Local, __ de _____ de 2023.

ANEXO VI

Ao redigir a presente Declaração, o Proponente deverá utilizar formulário com timbre da proponente.

DECLARAÇÃO DE VISITA

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ.
Comissão Municipal de Licitação
CONCORRÊNCIA Nº. ____/____

_____(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ sob o nº_____, por intermédio de seu responsável técnico o (a) Sr (a)_____, portador (a) da Carteira de Identidade nº_____, e do CPF nº_____, DECLARA, para efeito de participação no processo licitatório Edital de CONCORRENCIA Nº ____/2023, da Prefeitura Municipal de Ivaiporã, que:

() **VISTORIOU** e conhece o local das obras referente ao edital mencionado, comprovando que a mesma está ciente das condições para a execução dos serviços propostos.

() **DISPENSA A VISITA TÉCNICA** aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas e/ou financeira para com a Contratante. **Neste caso, não será necessária a assinatura do representante do município.*

_____, ____ de ____ de 20__.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Assinatura do representante do Município

ANEXO VII

CONTRATO DE CESSÃO DE USO COM ENCARGOS N.º ____/____

CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ E A EMPRESA _____ NA FORMA ABAIXO:

O Município de Ivaiporã, pessoa jurídica de direito público, sito a Rua Rio Grande do Norte, n.º 1000, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Senhor Luiz Carlos Gil, portador da Cédula de Identidade, RG. n.º 1.884.233-5-SSP-PR e, do CPF n.º 375.014.459-15, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado neste Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, a seguir denominada CEDENTE, e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com endereço à _____, inscrita no CNPJ/MF sob n.º _____, neste ato representada por seu (sua) representante ou Responsável Legal, Senhor (a) _____, a seguir denominada CESSIONÁRIA, acordam e ajustam firmar o presente termo, decorrente do resultado da licitação, modalidade CONCORRÊNCIA n.º -----/2023, do tipo MELHOR TÉCNICA, Edital n.º -----/2023, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Estadual n.º 15.608/07, assim como pelas condições do Edital, pelos termos da proposta da CESSIONÁRIA datada de ____/____/____ e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo é a **CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

2.1- O prazo previsto para cessão do imóvel é de **60 (sessenta) meses** partir recebimento da posse e assinatura de cessão de direito real de uso podendo ser prorrogado por igual período respeitando o interesse público.

2.2- A doação do imóvel somente será efetivada após o prazo de 05 (cinco) anos, desde que atendidas todas as exigências do contrato de concessão, bem como as cláusulas deste Edital, assim com a devidas justificativa, mediante projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo, de acordo com o art. 13 da Lei municipal 3,231/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

3.1- Cumprir fielmente o contrato firmado, de modo que não haja nenhuma reclamação dos usuários;

3.2- A CESSIONÁRIA responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

3.3 A CESSIONÁRIA deverá efetuar a emissão de Alvará de funcionamento, junto a prefeitura Municipal de Ivaiporã, no prazo Máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do início das atividades;

3.4 A CESSIONÁRIA não poderá (ao) transferir, sublocar, ceder, emprestar, arrendar ou ceder gratuitamente, total ou parcial o imóvel e/ou seu uso a terceiro a mesmo a título precário, sem prévio e expresso consentimento por escrito do Município, devendo no caso deste consentimento ser dado, agir oportunamente junto aos ocupantes a fim de que o imóvel esteja desimpedido;

3.5 Assumir integralmente todas as despesas decorrentes de pessoal, encargos sociais e fiscais surgidas a partir da exploração do espaço, objeto desta licitação, não podendo ser responsabilizado a CEDENTE por qualquer ônus desta natureza, bem com todas as despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel concedido, tributos, taxas, contribuições e licenças incidentes sobre o referido imóvel;

CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CESSIONÁRIA

4.1 O pagamento de seguros, impostos, taxas de serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes à comercialização dos produtos e serviços objeto da Licitação, em conformidade e obediência à legislação pertinente;

4.2 Vigilância, guarda e conservação do imóvel. Quaisquer acidentes ou danos causados a pessoas ou coisas verificadas no recinto do espaço cedido, praticado pelo(a) cessionário(a), por seus empregados ou por terceiros, serão de responsabilidade do mesmo;

4.3 Incolumidade e integridade física do imóvel locado, sendo de sua exclusiva responsabilidade a guarda e conservação do mesmo, bem como de todas suas benfeitorias. Caberá ao Donatário reparação às suas expensas, de qualquer dano ao imóvel pelo uso normal, ou advindo de motivos de força maior ou caso fortuito;

4.4 Manter a conservação, manutenção e higiene do ambiente interno, manter a conservação do ambiente externo do espaço, em parceria com todos os PROPONENTES(S) VENCEDOR (ES) da concessão;

4.5 A CESSIONÁRIA se responsabilizará (ao) pela vigilância do imóvel cedido.

4.6 A CESSIONÁRIA deverá manter, durante toda execução do contrato, a prova de regularidade fiscal (apresentar Certidão) perante a Previdência Social, junto ao FGTS Certidão Municipal e mediante consulta junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), conforme portaria n.º 516, de 15 de março de 2010, do Ministério do Controle e da Transparência.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA CEDENTE

5.1 Será de responsabilidade do município o pagamento de tributos e taxas que incidirem diretamente sobre a propriedade do imóvel, antes da concessão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 A infringência pela CESSIONÁRIA de quaisquer obrigações previstas no contrato, culminará na aplicação, pela CEDENTE, das seguintes penalidades:

6.2 Advertência;

6.3 Multa de 2% (dois por cento) do valor da mensalidade(s) em atraso;

6.4 Suspensão temporária do direito de Contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02(dois) anos;

6.5 Declaração de inidoneidade, nos termos do Art. 87, Incisão IV da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVERSÃO

7.1- Findo o prazo contratual ou da prorrogação, ou no caso de inadimplemento após o prazo constante da cláusula 2.1, fica extinta a concessão, sendo doado o terreno para aqueles cujas atividades sejam para fins industriais e tenham sido efetivamente instituídas e em pleno funcionamento inclusive, com a geração de empregos, ou será obrigatoriamente devolvido ao Município, o imóvel ou importará na faculdade da empresa adquirir o imóvel, pagando pelo bem o valor da terra nua.

CLÁUSULA OITAVA – DA ENCAMPAÇÃO

8.1- Durante a vigência da concessão, por conveniência ou interesse, a CEDENTE poderá retomar coativamente os bens cedidos, indenizando os prejuízos que, efetivamente, poderá acarretar à CESSIONÁRIA.

CLÁUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão o que não exime a CESSIONÁRIA de sofrer as penalidades previstas tanto no contrato como na legislação pertinente, conforme determinação por ato unilateral e escrito a administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art., da lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Parágrafo Primeiro - Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- a) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não - competitivos;
- b) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- c) “prática obstrutiva”: (I) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Parágrafo Terceiro - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CESSIONÁRIA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A PREFEITURA se reserva o direito de rescindir o contrato independentemente de interpelação judicial, sem que a CESSIONÁRIA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

- 11.2 Quando a CESSIONÁRIA falir ou for dissolvida ou por superveniente incapacidade;
- 11.3 Quando a CESSIONÁRIA transferir, no todo ou em parte, o contrato a quaisquer empresas ou consórcios de empresas sem a prévia e expressa anuência da PREFEITURA;
- 11.4 Quando houver atraso dos pagamentos pelo prazo de 30 (trinta) dias de qualquer encargos do objeto da concorrência por parte da CESSIONÁRIA sem justificativa aceita pela PREFEITURA;
- 11.5 Quando houver inadimplência de Cláusulas ou condições contratuais por parte da CESSIONÁRIA a desobediência da determinação da fiscalização;
- 11.6 Demais hipóteses mencionadas na Lei 15.608/07 e suas alterações posteriores;
- 11.7 A rescisão da concessão real de uso por manifestação de vontade da Indústria Beneficiária antes do prazo final, independente do motivo, e independente da parte que postular pela rescisão, em qualquer hipótese, importará na obrigação da empresa de adquirir o imóvel, pagando pelo bem o preço do mercado regional da terra nua, a ser apurado através de pesquisa a ser realizada por comissão da avaliação constituída para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base na legislação em vigor aplicável a espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

13.1 O prazo de vigência do presente contrato é **de 60 (sessenta) meses** a partir da data de sua assinatura prorrogável por igual período caso haja interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 As partes elegem o foro da Comarca de Ivaiporã, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ivaiporã, ____ de _____ de _____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ

Luiz Carlos Gil
PREFEITO MUNICIPAL

Nome da empresa

Responsável
Responsável da CESSIONÁRIA

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° ---/20-- -

MODELO DE PROPOSTA E PROJETO TÉCNICO DA EMPRESA

CONCESSÃO DE USO DE TERRENOS DOS PARQUES INDUSTRIAIS I e II E POSTERIOR DOAÇÃO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INSTALAÇÃO DE INDUSTRIAS CONFORME LEIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO N.º 1940/2011, 2636/2015, 2698/2015 E CONFORME LEI DE INCENTIVO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO EMPRESARIAL N.º 3231/2018.

1 – CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social: _____

Nome Fantasia: _____

Data da constituição: _____

CNPJ/MF: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal: _____

Forma Jurídica: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ Fax _____

E-mail _____

Capital Social Integralizado: R\$ _____

Composição do quadro social atual da empresa:

<i>Nome</i>	<i>CPF</i>	<i>% participação capital</i>

Objeto Social:

_____.

A empresa já tem empreendimentos comerciais, industriais ou prestadores de serviço em? (Caso positivo – especificar)

_____.

Em que outras cidades a empresa tem empreendimento? Quais os ramos de atividade?

_____.

Citar as razões do porque a empresa necessita de um terreno com as especificações oferecidas pelo Município? Quais as reais intenções da Empresa em empreender o negócio proposto?

_____.

3 - IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE:

Produtos/Comercialização:

Matérias primas a serem utilizadas:

3.1- Viabilização dos Recursos:

Itens	R\$
Recursos Próprios	
Financiamentos	
TOTAL	

3.1.1 - Valor estimado já investido e de propriedade da licitante:

Itens*	Valor – R\$
Veículos	
Equipamentos	
Móveis e Utensílios	
Outros	
TOTAL	

*Neste quadro deverão ser descritos todos os veículos, máquinas, equipamentos, moveis e utensílios e outros já existentes da empresa.

4. Número de novos empregos diretos a serem gerados pelo projeto (____), sendo (____) para jovens no primeiro emprego.

4.1 - O(s) Produto(s) a serem obtidos são:

- (____) Novo(s) no município: não existe similar produzido em;
 (____) Novo(s) para a empresa, porém existe de menor nível tecnológico produzido em;
 (____) Novo(s) para a empresa, porém existe de igual qualidade em;
 (____) Novo(s) para a empresa, porém existe similar de maior nível tecnológico em
 (____) Produto(s) igual(is) ao(s) já produzido(s) pela empresa.

4.2 O Grau tecnológico dos produtos é:

- (____) Alto, inovador
 (____) Médio, atual, moderno
 (____) Baixo

4.3 - Com relação ao Meio Ambiente:

- (____) Projeto voltado ao Desenvolvimento Sustentável
 (____) Projeto sem risco ambiental
 (____) Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário
 (____) Projeto de médio risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário
 (____) Projeto com elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle secundário
 (____) Projeto de elevado risco de poluição, porém dispõe de equipamentos de controle primário

4.4 - Grau Tecnológico dos Produtos:

- (____) de base tecnológica (tecnologia de ponta);
 (____) agregação de novas tecnologias e qualificação;
 (____) sem agregação de tecnologia

4.5 - O projeto corresponde a:

- ☐ Realocação de indústria já existente no município sem expansão;
- ☐ Realocação de indústria do município com expansão;
- ☐ Nova unidade produtiva;
- ☐ Complemento de cadeia produtiva já existente no município;
- ☐ Nova cadeia produtiva no município.

5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Local e data.....

(nome e assinatura)

Representante legal da empresa proponente